vinetur

Parlamento Europeu defende que carne e bebidas alcoólicas continuem abrangidas pelo programa de promoção da UE

O voto não vinculativo revela oposição a restringir a política antes de a Comissão Europeia elaborar o próximo programa de trabalho

sábado, 14 de novembro de 2026



Na quinta-feira, 12 de novembro, os eurodeputados votaram a favor de manter a carne e as bebidas alcoólicas elegíveis para apoio ao abrigo da política de promoção agroalimentar da União Europeia, defendendo também regras mais simples, um acesso mais fácil ao financiamento e verbas estáveis para futuras campanhas.

Reunidos em Bruxelas, os membros do Parlamento Europeu aprovaram por ampla maioria um relatório de iniciativa própria sobre a política, com 476 votos a favor, 83 contra e 42 abstenções. O relatório foi elaborado pelo eurodeputado italiano Salvatore De Meo, do Partido Popular Europeu, de centro-direita, e pretende definir a posição do Parlamento enquanto a Comissão Europeia prepara o seu próximo programa de trabalho.

A resolução não altera, por si só, o programa de promoção da UE. Contudo, constitui um sinal político claro dirigido à Comissão, num momento em que o âmbito da política, e em particular o tratamento de algumas categorias de produtos, tem sido debatido no Parlamento.

No texto aprovado a 12 de novembro, os eurodeputados defenderam, em termos gerais, um sistema mais simples. Consideraram que as empresas e os agrupamentos de produtores devem estar sujeitos a regras menos complexas quando se candidatam a apoio da UE para promoção e pediram maior flexibilidade no acesso aos fundos. Solicitaram também o que descreveram como um financiamento adequado para a política, refletindo a preocupação de que o programa disponha de verbas suficientes para continuar a ser eficaz nos mercados de exportação e noutros destinos visados.

Um ponto concreto da resolução diz respeito à identificação da marca dos produtos vendidos no estrangeiro. Os eurodeputados afirmaram que o slogan Enjoy, it’s from Europe deve surgir nas embalagens destinadas aos mercados externos, a par das indicações de origem que identificam o país produtor. A ideia é associar mais estreitamente a identidade promocional comum da UE às origens nacionais e regionais, que muitas vezes têm valor comercial para os produtores de alimentos e bebidas.

A parte politicamente mais sensível do debate centrou-se na questão de saber se a carne e as bebidas alcoólicas devem continuar a ser elegíveis para apoio. O Parlamento defendeu que sim. Segundo o relato dos trabalhos, a questão dividiu os grupos políticos

durante a elaboração do texto, tornando a votação final numa vitória significativa para os setores que acompanhavam de perto o processo.

De Meo congratulou-se com o resultado, afirmando que estes produtos fazem parte do património e da identidade agroalimentares da Europa. A sua posição prevaleceu no texto final, que apoia expressamente a manutenção da elegibilidade destes produtos ao abrigo da política de promoção.

A decisão é relevante para os produtores de vinho e de outras bebidas alcoólicas, uma vez que a continuidade do acesso a campanhas de promoção apoiadas pela UE pode afetar a capacidade de comercializar produtos fora do bloco e de competir a nível internacional. Para as empresas de bebidas e os agrupamentos de produtores, a questão não é apenas simbólica. O programa pode influenciar a facilidade com que setores como o vinho, a cerveja e as bebidas espirituosas conseguem obter apoio público para ações de divulgação nos mercados de exportação, sobretudo quando os produtores procuram proteger as margens e defender a sua quota de mercado no estrangeiro.

A votação do Parlamento sugere também que a maioria dos eurodeputados não pretende que o quadro de promoção da UE seja restringido de forma a excluir estas categorias. Em vez disso, parece estar a pressionar a Comissão para que faça uma revisão mais pragmática, centrada nos encargos administrativos, no acesso ao financiamento e na visibilidade dos produtos europeus nos mercados externos.

A resolução surge enquanto Bruxelas prepara ativamente a sua próxima agenda política, o que confere maior peso à votação, apesar de esta não ser juridicamente vinculativa. O Parlamento está a definir uma posição antecipada sobre o tema, antes de a Comissão apresentar propostas formais ou estabelecer prioridades futuras para o programa de promoção.

Para as organizações de produtores, os exportadores e as autoridades nacionais, a mensagem de 12 de novembro é que o Parlamento pretende preservar a política como um instrumento abrangente para o setor agroalimentar, em vez de a reformular em torno de um conjunto mais restrito de produtos elegíveis. Esta posição poderá ser particularmente importante para os países onde o vinho e outras bebidas alcoólicas

estão estreitamente ligados aos rendimentos agrícolas, ao emprego rural e ao desempenho das exportações.